

AVANÇASP



**AUTARQUIA MUNICIPAL DE
SAÚDE - ITAPETCERICA DA
SERRA/SP**

**CONCURSO PÚBLICO
01/2026**

PROCURADOR AUTÁRQUICO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- 02 (duas) horas após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;
- d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

O humano instintivo, racional, tecnológico e organizacional

As relações humanas constituem a base da vida em sociedade e influenciam diretamente o desenvolvimento das organizações. Em diferentes contextos – familiar, social, educacional e profissional – o ser humano aprende, compartilha conhecimentos, constrói valores e desenvolve competências que refletem na forma como trabalha, lidera, coopera e produz resultados. Nos ambientes organizacionais, especialmente nos ambientes de trabalho, essas relações tornam-se elementos estratégicos para a produtividade, a inovação, a sustentabilidade e a competitividade.

Ao longo da história, a humanidade foi transformada por grandes marcos evolutivos, como as revoluções cognitiva, agrícola, industrial e tecnológica. Cada uma delas modificou profundamente a forma como o homem percebe, processa e utiliza o conhecimento. Entretanto, embora o ser humano contemporâneo domine tecnologias avançadas, inteligência artificial, automação e sistemas complexos de gestão, seu DNA continua carregando características instintivas relacionadas à sobrevivência, adaptação, proteção e necessidade de pertencimento. Dessa forma, o homem moderno integra instinto, razão, tecnologia e capacidade organizacional para responder aos desafios de um mundo em constante transformação.

Nesse contexto, destacam-se quatro dimensões complementares do comportamento humano. O humano instintivo reage rapidamente aos estímulos e busca a autopreservação. O humano racional fundamenta suas decisões na lógica, na análise crítica e no planejamento. O humano tecnológico potencializa suas capacidades por meio da inovação, da transformação digital e do uso estratégico da informação. Já o humano organizacional

compreende que pessoas, processos, tecnologias, liderança e gestão são elementos interdependentes, capazes de gerar resultados sustentáveis quando atuam de forma integrada. (...)

O ser humano é, essencialmente, um ser social, integrado e em permanente evolução. Da mesma forma, organizações de alto desempenho não são construídas apenas por tecnologias ou processos eficientes, mas pela capacidade de desenvolver pessoas que conciliem inteligência instintiva, racionalidade, domínio tecnológico e visão organizacional. É nessa integração entre conhecimento, comportamento, inovação e gestão que reside o verdadeiro diferencial competitivo das organizações do século XXI.

GARCIA, Jhean Carlos. O humano instintivo, racional, tecnológico e organizacional: uma abordagem sistêmica da evolução humana e das organizações. *Entre Rios Jornal*. Disponível em
<<https://www.entreriosjornal.com/2026/07/o-humano-instintivo-racional.html>>.

QUESTÃO 01

“É nessa integração entre conhecimento, comportamento, inovação e gestão que reside o verdadeiro diferencial competitivo das organizações do século XXI.”

Em relação à expressão destacada no período acima, é correto afirmar que:

- (A) não possui nenhuma função morfossintática, servindo para realçar o sentido do termo entre as duas palavras.
- (B) não possui nenhuma função morfossintática, servindo para realçar o sentido do termo após a segunda palavra.
- (C) é formada por um verbo de ligação e por uma conjunção que introduz uma oração adverbial.
- (D) é formada por um verbo de ligação e por uma conjunção que introduz uma oração adjetiva.
- (E) é formada por um verbo de ligação e por uma conjunção que introduz uma oração substantiva.

QUESTÃO 02

O texto “O humano instintivo, racional, tecnológico e organizacional” apresenta essas quatro dimensões do ser humano, que, de acordo com o autor, são:

- (A) complementares entre si, mas insuficientes para descrever o ser humano.
- (B) complementares entre si, caracterizando a base do comportamento humano.
- (C) relativas a cada ser humano, não se aplicando à descrição da espécie em geral.
- (D) relativas a cada tipo de sociedade, dependendo da época e do lugar em que se está.
- (E) contraditórios entre si, responsáveis por justificar as próprias contradições presentes no ser humano.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa cujo termo destacado corresponde ao agente que pratica a ação presente no enunciado.

- (A) “As relações humanas constituem **a base da vida em sociedade**”
- (B) “Dessa forma, o homem moderno integra **instinto, razão, tecnologia e capacidade organizacional**”
- (C) “Nos ambientes organizacionais, especialmente nos ambientes de trabalho, essas relações tornam-se **elementos estratégicos para a produtividade**”
- (D) “Ao longo da história, a humanidade foi transformada **por grandes marcos evolutivos**”
- (E) “O humano tecnológico potencializa suas capacidades **por meio da inovação, da transformação digital e do uso estratégico da informação.**”

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cujos elementos preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem:

- Para _____ fazer o teste, vai ser fácil.
 - Não existiu nenhum tipo de impedimento entre _____ e você durante todo o processo.
 - Elas vão querer falar _____ mesmos.
- (A) mim – eu – com nós
 - (B) mim – mim – conosco
 - (C) eu – mim – com nós
 - (D) mim – eu – conosco
 - (E) eu – eu – conosco

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa cujas formas verbais completam corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem:

- Se nós _____ a oferta, sei que ela não iria resistir.
 - Se a bexiga _____ a urina por muito tempo, pode causar problemas de saúde.
 - Quando _____ para vocês, deem um sinal para conversarmos melhor.
 - Se _____ o dinheiro, vai ser uma grande vitória.
- (A) propôssemos – reter – convier – reouvermos
 - (B) propuséssemos – retiver – convier – reouvermos
 - (C) propuséssemos – reter – convir – reouvermos
 - (D) propuséssemos – retiver – convir – reavermos
 - (E) propôssemos – reter – convir – reavermos

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que qualquer uma das duas palavras propostas entre parênteses preenche corretamente a lacuna da frase.

- (A) Quem de nós _____ do festival de amanhã? (participará / participaremos)
- (B) A lista dos classificados _____ até o diretor da escola. (chegará / chegarão)
- (C) Algum de vocês já _____ o pedido? (fez / fizeram)
- (D) Grande parte dos torcedores _____ a atuação dos craques. (aplauiu / aplaudiram)
- (E) Um de vós _____ de me trair. (haverá / havereis)

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa cujo elemento destacado realiza remissão exofórica, isto é, refere-se a algum ser não mencionado no enunciado.

- (A) Quanto ao satélite natural da Terra, vários astronautas já o visitaram.
- (B) Foi-me feita uma proposta tentadora, mas eu não a aceitei.
- (C) Ele adora jogar sinuca aos domingos, e eu detesto isso.
- (D) Digo-lhe apenas isto: não confie em todas as pessoas tão facilmente.
- (E) Gostaria muito de visitá-la antes que o seu tio o fizesse.

QUESTÃO 08

O sinal § representa qual elemento da redação oficial?

- (A) Inciso
- (B) Alínea
- (C) Parágrafo
- (D) Página
- (E) Linha

QUESTÃO 09

CAZO. *Brasileiros e o dinheiro esquecido nos bancos.* Disponível em <<https://blogdoaftm.com.br/charge-brasileiros-e-o-dinheiro-esquecido-nos-bancos/>>.

Em relação à palavra destacada na fala empregada na charge: “Será que você não tem nenhum dinheiro esquecido no banco?”, é correto afirmar que ela:

- (A) qualifica “banco” e é uma forma nominal do verbo “esquecer”, no gerúndio.
- (B) qualifica “banco” e é uma forma nominal do verbo “esquecer”, no particípio.
- (C) qualifica “dinheiro” e é uma forma nominal do verbo “esquecer”, no gerúndio.
- (D) qualifica “dinheiro” e é uma forma nominal do verbo “esquecer”, no infinitivo.
- (E) qualifica “dinheiro” e é uma forma nominal do verbo “esquecer”, no particípio.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa cuja palavra destacada está sendo empregada corretamente, de acordo com as normas da redação oficial.

- (A) Anexos, remeto-lhe os comprovantes das despesas pagas no exterior.
- (B) Segue anexo a procuração assinada pela pessoa de direito.
- (C) As fotocópias anexa ao processo não estavam muito legíveis.
- (D) Vão anexo ao e-mail os documentos assinados pela procuradoria.
- (E) Mande-me anexo os relatórios consolidados pela diretoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que indica a medida judicial adequada quando a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, sendo a elaboração da norma regulamentadora atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

- (A) Mandado de injunção.
- (B) Habeas data.
- (C) Ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) Mandado de segurança.
- (E) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

QUESTÃO 12

Nos termos da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal poderá julgar, mediante recurso extraordinário, causas decididas em única ou última instância, nas hipóteses descritas na Constituição. Assinale a alternativa correta quanto a hipótese de não cabimento do recurso extraordinário perante o STF:

- (A) Contrariedade a dispositivo da Constituição Federal.
- (B) Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- (C) Reconhecimento da validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
- (D) Existência de causa ou conflito entre a União e os Estados, entre a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive suas respectivas entidades da administração indireta.
- (E) Reconhecimento da validade de lei local contestada em face de lei federal.

QUESTÃO 13

Nos termos do art. 17 da Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os preceitos constitucionais. Assinale a alternativa correta quanto aos critérios objetivos que asseguram aos partidos políticos o direito a recursos do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

- (A) Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas; ou eleger pelo menos 15 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- (B) Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação, ou eleger pelo menos 20 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- (C) Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas; ou eleger pelo menos 15 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.
- (D) Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação; ou eleger pelo menos 25 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- (E) Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 10% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 5% dos votos válidos em cada uma delas; ou eleger pelo menos 20 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.

QUESTÃO 14

No último censo realizado no Município de Alfa, apurou-se uma população de 793.000 (setecentos e noventa e três mil) habitantes. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto ao limite máximo de Vereadores para a composição da Câmara Municipal de Alfa.

- (A) 25 Vereadores.
- (B) 27 Vereadores.
- (C) 29 Vereadores.
- (D) 31 Vereadores.
- (E) 33 Vereadores.

QUESTÃO 15

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do prazo para a adoção das providências necessárias pelo órgão administrativo, quando declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida destinada a tornar efetiva norma constitucional.

- (A) 90 dias.
- (B) 180 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) Não há prazo constitucionalmente estabelecido.

QUESTÃO 16

Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar as disposições legais estará sujeita às sanções nela previstas. Quanto à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete à comissão responsável pelo processo administrativo, assegurado ao interessado prazo de 5 (cinco) dias para defesa.
- (B) Compete exclusivamente à autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.
- (C) Compete exclusivamente ao Ministro de Estado ou ao Chefe do Executivo correspondente, assegurado ao interessado prazo de 15 (quinze) dias para defesa.
- (D) Compete à autoridade responsável pela celebração do vínculo com o particular, assegurado prazo de 15 (quinze) dias para defesa.
- (E) Compete à autoridade máxima do órgão ou entidade pública, admitida delegação, assegurado ao interessado prazo de 20 (vinte) dias para defesa.

QUESTÃO 17

Nos termos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, assinale a alternativa que indica hipótese de infração político-administrativa do Prefeito Municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato:

- (A) Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.
- (B) Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.
- (C) Ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou.
- (D) Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura.
- (E) Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei.

QUESTÃO 18

Nos termos da Lei Federal nº 6.830/1980, a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento. Havendo concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, assinale a alternativa que apresenta corretamente a ordem legal.

- (A) União e suas autarquias; Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; Municípios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*.
- (B) União e suas autarquias; Municípios e suas autarquias; Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias.
- (C) Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias; União e suas autarquias; Municípios e suas autarquias.
- (D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conjuntamente e *pro rata*, sem preferência entre os entes federativos.
- (E) União e Estados, conjuntamente e *pro rata*; Distrito Federal e Territórios; Municípios e suas autarquias.

QUESTÃO 19

Nos termos da Lei Federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal), não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, este será intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias.

- (A) Pagar integralmente o débito ou apresentar novos embargos à execução.
- (B) Remir o bem, se a garantia for real, ou pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, pelos quais se obrigou, se a garantia for fidejussória.
- (C) Substituir a garantia prestada por depósito em dinheiro ou fiança bancária, em valor suficiente à satisfação integral do débito.
- (D) Indicar bens do executado suficientes à satisfação da dívida ou requerer a substituição da garantia anteriormente prestada.
- (E) Remir o bem, se a garantia for fidejussória, ou pagar o valor da dívida e demais encargos, se a garantia for real.

QUESTÃO 20

Nos termos da Lei Federal nº 12.153/2009, assinale a alternativa que indica uma causa excluída da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- (A) Causa que tenha por objeto obrigação de pagar quantia decorrente de relação funcional, desde que respeitado o limite de 60 salários-mínimos.
- (B) Causa que tenha por objeto indenização por danos decorrentes de ato praticado por agente público estadual, observado o limite legal de valor.
- (C) Causa que tenha por objeto direito sobre bem imóvel pertencente a autarquia municipal.
- (D) Causa que tenha por objeto restituição de tributo estadual indevidamente recolhido, observado o limite de 60 salários-mínimos.
- (E) Causa que tenha por objeto obrigação de fazer imposta a Município, desde que economicamente mensurável e observado o limite de competência.

QUESTÃO 21

Considerando a Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) O contrato de programa será automaticamente extinto com a extinção do consórcio público ou do convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.
- (B) A extinção de contrato de consórcio público independe de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
- (C) O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, exclusivamente quanto à legalidade das despesas, atos e contratos, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.
- (D) Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.
- (E) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pela União, independentemente de outros entes da Federação se consorciarem, observados os limites constitucionais.

QUESTÃO 22

No que diz respeito ao regime jurídico da fase expropriatória no procedimento executivo fiscal, assinale a alternativa correta:

- (A) A Fazenda Pública exequente possui a faculdade de adjudicar o bem penhorado pelo valor da avaliação em momento anterior ao início do procedimento de alienação.
- (B) A técnica de alienação em leilão público é o instrumento processual adequado para a realização de penhoras que recaiam sobre o faturamento da empresa executada.
- (C) O garantidor fidejussório que oferece fiança bancária possui o prazo de vinte dias para realizar a liquidação do débito exequendo para impedir que a execução prossiga contra si.
- (D) A sentença que declara a extinção do processo executivo fiscal em virtude da satisfação da obrigação tributária veicula conteúdo de mérito capaz de formar coisa julgada material.
- (E) A transferência definitiva de bens adjudicados para o patrimônio do credor fiscal prescinde do trânsito em julgado da decisão que apreciar a defesa apresentada pelo devedor.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta considerando os crimes contra a ordem tributária:

- (A) Constitui crime funcional contra a ordem tributária patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (B) Caso o juiz, considerado o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a excessiva onerosidade das penas pecuniárias previstas na Lei Federal 8.137/1990, poderá suspender a exigibilidade do pagamento destas penas por 5 (cinco) anos.
- (C) Formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas constitui crime funcional contra a ordem tributária.
- (D) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo ou por intermédio de outro em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança o distribuidor ou revendedor para fins de concorrência ao cometimento de crime contra a ordem tributária.
- (E) Nos crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 24

Relativamente ao sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta:

- (A) Estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo é matéria que não necessariamente precisa ser tratada por lei complementar.
- (B) Os recursos provenientes de empréstimo compulsório serão aplicados conforme as necessidades financeiras da União.
- (C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que terão, necessariamente, alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- (E) Estabelecer normas gerais sobre obrigações tributárias cabe à lei ordinária em razão de ausência de reserva expressa para lei complementar.

QUESTÃO 25

Acerca da constituição, prescrição e decadência do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- (A) A disciplina da prescrição e da decadência tributárias é matéria que pode ser validamente veiculada por lei ordinária da União, em razão de sua competência legislativa plena.
- (B) A declaração de inconstitucionalidade proferida na Súmula Vinculante 8, do STF, alcança os créditos de natureza não tributária, garantindo a incidência das normas gerais do CTN para as multas administrativas.
- (C) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário em tributos sujeitos ao lançamento por homologação, quando não houver declaração do débito pelo contribuinte, segue a regra do artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional.
- (D) A declaração de inconstitucionalidade estabelecida na Súmula Vinculante 8, do STF, é limitada aos prazos de decadência tributária, sendo permitida a utilização de lei ordinária para o estabelecimento de causas interruptivas da prescrição.
- (E) As normas de prescrição e decadência previstas no Código Tributário Nacional de 1966 perderam sua validade jurídica com a promulgação da Constituição de 1988, por terem sido editadas sob a forma de lei ordinária.

QUESTÃO 26

Acerca do regime das imunidades tributárias e das condições impostas para o reconhecimento desse direito às instituições de assistência social e de educação, assinale a alternativa correta:

- (A) O reconhecimento da imunidade para tais entidades permite a distribuição de parcelas de suas rendas aos seus instituidores como forma de incentivo à gestão da assistência social.
- (B) A imunidade dos livros e periódicos possui natureza subjetiva, vinculando o benefício fiscal à qualificação pessoal da entidade que opera com esses bens.
- (C) É requisito indispensável para a fruição da imunidade a aplicação integral dos recursos da entidade na manutenção de seus objetivos institucionais dentro do território nacional.
- (D) A imunidade concedida aos templos de qualquer culto abrange a incidência de taxas sobre a prestação de serviços públicos de iluminação.
- (E) O benefício da imunidade tributária aplicável aos fonogramas e videofonogramas musicais estende-se às operações que envolvam obras de autores estrangeiros, desde que a obra tenha sido regularmente comercializada no Brasil, sendo irrelevante, para fins de fruição da imunidade, a nacionalidade dos intérpretes e o local em que ocorreu a produção ou a fixação do fonograma.

QUESTÃO 27

No que concerne à sincronia entre a aprovação da Lei de Orçamento e a alteração da legislação tributária, bem como a Lei Federal nº 4.320/1964, é correto afirmar que:

- (A) A estimativa da receita orçamentária para o exercício seguinte deve ser fundamentada nos dados de arrecadação do ano imediatamente anterior, sendo vedada a consideração de fatores conjunturais na sua elaboração.
- (B) É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro.
- (C) O exercício financeiro, período ao qual pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, pode ter a sua duração alterada por lei local para não coincidir com o ano civil.
- (D) Os créditos adicionais classificados como suplementares são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, tais como as decorrentes de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (E) As operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) são classificadas legalmente como receitas orçamentárias, integrando o montante total da Lei de Orçamento para todos os fins.

QUESTÃO 28

No âmbito do planejamento orçamentário e da gestão fiscal responsável, a integração entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os princípios fundamentais da administração financeira exige o cumprimento de requisitos técnicos específicos. Sobre essa estrutura e o conteúdo desses instrumentos, assinale a alternativa correta:

- (A) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deve ser instruído com o Anexo de Metas Fiscais, documento que estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
- (B) A Lei de Orçamento deve compreender todas as receitas, sendo que as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel-moeda são integradas ao montante orçamentário como receitas correntes.
- (C) A validade de novos projetos na lei orçamentária anual é condicionada ao pleno atendimento dos projetos em andamento, sendo facultada a omissão sobre despesas de conservação do patrimônio público na LDO.
- (D) O exercício financeiro, marco temporal para a arrecadação das receitas e empenho das despesas, possui duração variável conforme o ciclo plurianual estabelecido pelo ente federativo.
- (E) A reserva de contingência, destinada ao atendimento de passivos contingentes, tem o seu montante definido na lei orçamentária anual com base na receita tributária bruta do exercício anterior.

QUESTÃO 29

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Federal nº 4.320/1964 estabelecem critérios para a transparência e o controle da execução orçamentária. No tocante aos estágios da despesa e à gestão da receita pública, assinale a alternativa correta:

- (A) A despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe obrigação legal de execução por período superior a dois exercícios é classificada como despesa obrigatória de caráter continuado.
- (B) A renúncia de receita, que abrange anistia e isenção de caráter geral, dispensa a apresentação de medidas de compensação por meio de aumento permanente de receita.
- (C) O empenho da despesa, como ato da autoridade competente que cria obrigação de pagamento, pode exceder o limite dos créditos concedidos na lei orçamentária caso haja excesso de arrecadação bimestral.
- (D) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e pagas até o dia 31 de dezembro, cuja liquidação tenha ocorrido em exercício anterior ao da apuração.
- (E) Os créditos adicionais extraordinários, destinados a despesas urgentes como calamidade pública, dependem de prévia autorização legislativa para a sua abertura por decreto executivo.

QUESTÃO 30

Considerando o regime jurídico incidente para o cálculo de juros de mora nas condenações em desfavor da Fazenda Pública Federal, bem como partindo da premissa de que há crédito de natureza não tributária, de incidência mensal, constituído em janeiro de 2020 a ser atualizado até agosto de 2026, ainda não incluído em sistema de requisitório ou precatório, assinale qual das assertivas indica metodologia adequada de apuração de referidos juros de mora:

- (A) incidência de índices de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de janeiro de 2020; índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, a partir de 8 de dezembro de 2020; e juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a partir de 9 de setembro de 2023 até o marco final.
- (B) incidência de índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, a partir de 8 de dezembro de 2021; e juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a partir de 9 de setembro de 2025 até o marco final.
- (C) incidência de índices de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de janeiro de 2020; índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, a partir de 8 de dezembro de 2021; e juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a partir de 9 de setembro de 2025 até o marco final.
- (D) incidência de índices de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança a partir de janeiro de 2020; e índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, a partir de 8 de dezembro de 2021 até o marco final.
- (E) incidência de índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, por todo o período em referência.

QUESTÃO 31

A gestão do endividamento público e a realização de operações de crédito são disciplinadas pelas normas gerais de direito financeiro. Com base nas definições de dívida e das condições para a contratação de crédito, é correto afirmar que:

- (A) A dívida pública consolidada ou fundada compreende o montante total das obrigações financeiras do ente, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, excluindo-se as operações de prazo inferior cujas receitas constaram do orçamento.
- (B) É permitida a aplicação de receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos para o financiamento de despesas correntes de manutenção administrativa das repartições públicas.
- (C) A operação de crédito por antecipação de receita (ARO) se destina a suprir insuficiências de caixa e deve ser obrigatoriamente liquidada até o dia dez de dezembro de cada ano.
- (D) O empenho global é o instrumento utilizado para despesas cujo montante não se possa determinar previamente, sendo vedado o seu uso para despesas contratuais sujeitas a parcelamento.
- (E) A dívida flutuante, compostos pelos restos a pagar e serviços da dívida, integra o passivo permanente do balanço patrimonial para fins de resgate legislativo.

QUESTÃO 32

Considerando o regime jurídico de responsabilidade civil, considere as seguintes hipóteses:

“I – Responsabilidade da pessoa jurídica de direito público por atos dos seus agentes que nessa qualidade causarem dano.

II – Responsabilidade dos pais por atos dos filhos menores sob sua autoridade e companhia.

III – Responsabilidade aquiliana.

IV – Responsabilidade dos donos de hotéis por atos de seus hóspedes.”

À luz da dicotomia entre as naturezas objetiva e subjetiva da responsabilidade civil, incide, respectivamente às hipóteses acima, as naturezas:

- (A) objetiva; objetiva; subjetiva; e subjetiva.
- (B) objetiva; objetiva; objetiva; e objetiva.
- (C) subjetiva; subjetiva; objetiva; e subjetiva.
- (D) subjetiva; subjetiva; objetiva; e objetiva.
- (E) objetiva; objetiva; subjetiva; e objetiva.

QUESTÃO 33

Acerca do contrato típico da Doação, previsto no Código Civil, analise as seguintes assertivas:

“I - O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade pura. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que recusou”.

“II - A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal”.

“III – É vedada a doação a entidade futura”.

“IV - Não se pode renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 34

Em relação ao direito real de usufruto, analise as seguintes assertivas:

“I – Quando instituído a favor de pessoa jurídica, será extinto quando igualmente extinta a pessoa jurídica ou pelo prazo máximo de trinta anos, se ela perdurar”.

“II – Exceto se por estipulação expressa, não há direito de acrescer por parte do sobrevivente em se tratando de usufruto instituído em favor de mais do que uma pessoa e alguma falecer”.

“III – O conceito legal de reparações de custo módico, para fins de definição da responsabilidade por sua realização, é de não serem módicas as superiores a dois terços do líquido rendimento em um ano”.

“IV - Incumbem ao proprietário os tributos devidos pela posse da coisa usufruída”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 35

O Código Civil disciplina os defeitos dos negócios jurídicos, classificando-os e dispondo acerca de suas consequências.

O silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado, é considerado um defeito de um negócio jurídico e implica invalidade.

As invalidades, a seu turno, são divididas pelo Código entre as hipóteses de nulidade e de anulabilidade, cada qual com regime jurídico diverso.

Quanto à hipótese mencionada, do silêncio deliberado acerca de qualidade essencial, é CORRETO afirmar:

- (A) tratar-se do defeito do dolo e ser causa de anulabilidade.
- (B) tratar-se do defeito do dolo e ser causa de nulidade.
- (C) tratar-se do defeito do erro e ser causa de anulabilidade.
- (D) tratar-se do defeito do erro e ser causa de nulidade.
- (E) tratar-se do defeito da lesão e ser causa de anulabilidade.

QUESTÃO 36

Considerando os critérios previstos pelo legislador processual civil para a fixação de honorários advocatícios de sucumbência entre o mínimo e o máximo legais, avalie as seguintes assertivas:

“I - o grau de zelo do profissional;

II – o atingimento de trâmite nos tribunais superiores;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o lugar de prestação dos serviços.”

Estão CORRETOS os critérios previstos em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 37

Tício celebrou negócio jurídico de compra e venda com Décio, por meio do qual adquiriu imóvel no Município de Beta.

Dois anos e meio depois, Tício recebeu citação em ação proposta por João, na qual ele reivindica a propriedade do bem imóvel e alega vício na transmissão desta a Tício, em virtude de que a compra e venda seria viciada por fraude contra credores.

Tício, temendo perder, eventualmente, a propriedade do imóvel que adquirira, deseja fazer com que a mesma ação judicial possa ser utilizada para, eventualmente, exercer direitos reparatórios em face do alienante imediato, Décio.

Diante dessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a pretensão de Tício deve ser exercida por meio, exclusivamente, de ação de regresso autônoma.
- (B) a pretensão de Tício não reunirá os pressupostos de ação, pois, tratando-se de fraude contra credores, Tício é igualmente responsável pela evicção.
- (C) a pretensão de Tício pode ser exercida por meio de denúncia da lide.
- (D) a pretensão de Tício pode ser exercida por meio de chamamento ao processo.
- (E) a pretensão reivindicatória de João está prescrita.

QUESTÃO 38

Larissa contratou uma empresa especializada para fabricar e instalar os móveis planejados de sua residência. Apesar de ter recebido integralmente o valor contratado, a empresa não entregou os produtos nem devolveu a quantia paga. Diante disso, Larissa ajuizou ação indenizatória pleiteando a restituição dos valores desembolsados e a reparação dos danos sofridos.

Ao proferir a sentença, o magistrado julgou procedentes os pedidos, condenando a empresa ao pagamento de R\$ 40.000,00 e concedendo tutela provisória para permitir a imediata produção dos efeitos da decisão. Inconformada, a ré interpôs recurso de apelação.

Larissa pretende receber o valor da condenação antes do julgamento do recurso. Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Larissa deverá aguardar o julgamento da apelação, pois toda apelação possui efeito suspensivo automático, ainda que a sentença tenha concedido tutela provisória.
- (B) Larissa poderá promover o cumprimento definitivo da sentença, uma vez que a concessão da tutela provisória afasta a necessidade do trânsito em julgado.
- (C) Larissa poderá iniciar o cumprimento provisório por sua iniciativa e responsabilidade. Entretanto, se a sentença for reformada, os eventuais prejuízos suportados pela executada deverão ser apurados obrigatoriamente em ação autônoma.
- (D) Larissa poderá promover o cumprimento provisório da sentença, mas o levantamento de valores depositados em juízo dependerá, em regra, da prestação de caução suficiente e idônea nos próprios autos.
- (E) Larissa somente poderá requerer o cumprimento provisório depois de prestar caução antecipada, pois essa garantia constitui requisito indispensável para o início de qualquer ato executivo.

QUESTÃO 39

Marcelo ajuizou ação contra Renato, mas o processo foi extinto sem resolução do mérito após Marcelo deixar de promover os atos e diligências que lhe incumbiam por mais de 30 dias. Tempos depois, Marcelo propôs novamente ação idêntica, que também foi extinta por abandono da causa. Em uma terceira oportunidade, houve nova extinção pelo mesmo fundamento. Pretendendo discutir novamente a mesma pretensão contra Renato, Marcelo consulta seu advogado acerca das consequências processuais decorrentes das extinções anteriores.

À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de decisões sem resolução do mérito, Marcelo poderá propor nova ação contra Renato, desde que demonstre o pagamento das custas e dos honorários advocatícios decorrentes dos processos anteriormente extintos.
- (B) Após a segunda extinção por abandono da causa, Marcelo fica impedido de propor nova ação com o mesmo objeto, pois a reincidência na falta de impulso processual produz os mesmos efeitos da coisa julgada material.
- (C) A terceira extinção por abandono da causa impede Marcelo de propor nova ação contra Renato com o mesmo objeto, sem prejuízo de que possa alegar o respectivo direito em sua defesa, caso venha a ser demandado.
- (D) Embora Marcelo não possa propor nova ação contra Renato após três extinções por abandono, poderá contornar o impedimento desde que corrija o vício que ocasionou as sentenças anteriores e comprove o depósito das custas processuais.
- (E) A impossibilidade de repropositura após três extinções por abandono alcança apenas ações fundadas na mesma causa de pedir, sendo admissível nova demanda com idêntico objeto desde que sejam alterados os fundamentos jurídicos do pedido.

QUESTÃO 40

Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) acerca do regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente – APPs, especialmente quanto à manutenção, recomposição, intervenção e supressão de vegetação nativa nessas áreas, assinale a alternativa correta:

- (A) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, exceto pessoa jurídica de direito público, a qual estará dispensada, em regra, do dever de manutenção e recomposição da vegetação eventualmente suprimida.
- (B) Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título não é obrigado a promover a recomposição da vegetação, desde que a supressão tenha ocorrido antes da aquisição ou do início da posse do imóvel.
- (C) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, vedada sua realização em situações de interesse social ou de baixo impacto ambiental.
- (D) É obrigatória a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- (E) Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas na Lei 12.651/2012.

QUESTÃO 41

Analise as assertivas a seguir, considerando o Decreto Federal nº 11.599/2023 que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico.

I. A União poderá ofertar cursos de capacitação técnica destinados aos gestores públicos municipais, apenas em consórcio com os Estados, para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.

II. As metas dos planos regionais e dos contratos de prestação regionalizada deverão se referir ao conjunto de Municípios que compõe a região objeto do plano apenas de forma agregada.

III. O apoio técnico e financeiro da União para a adaptação dos serviços de saneamento aplica-se a quaisquer formas de regionalização.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 42

À luz da Lei Federal nº 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, assinale a alternativa correta acerca da destinação da indenização decorrente de condenação em dinheiro:

(A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado será destinada diretamente aos integrantes da coletividade atingida.

(B) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

(C) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a fundo gerido exclusivamente pelo Poder Executivo Federal, sendo facultativa a participação do Ministério Público e de representantes da comunidade.

(D) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por Conselhos exclusivamente municipais, dos quais não poderão participar o Ministério Público nem representantes da comunidade.

(E) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais, sendo seus recursos destinados prioritariamente ao custeio das despesas administrativas dos respectivos Conselhos.

QUESTÃO 43

Durante uma viagem interestadual, Augusto, de 74 anos, teve seu embarque dificultado por funcionário da empresa de transporte exclusivamente em razão de sua idade. Além de criar obstáculos injustificados ao acesso do passageiro ao veículo, o empregado passou a fazer comentários depreciativos e humilhantes a seu respeito diante de terceiros. Apurou-se, ainda, que Augusto se encontrava, naquele momento, sob os cuidados e a responsabilidade do referido funcionário.

Considerando a situação narrada e as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta acerca da conduta praticada pelo agente.

- (A) A conduta poderá configurar o crime de discriminação contra pessoa idosa, punível com reclusão de 6 meses a 1 ano e multa, desde que o agente efetivamente impeça ou dificulte o exercício do direito da vítima.
- (B) A conduta de dificultar o acesso de Augusto ao transporte somente será penalmente relevante se resultar na efetiva impossibilidade de embarque, pois a mera criação de obstáculos não integra o tipo penal.
- (C) A causa de aumento de pena em 1/3 somente será aplicável quando os cuidados ou a responsabilidade sobre a pessoa idosa decorrerem de vínculo familiar.
- (D) Embora a criação de obstáculos ao acesso de Augusto ao transporte possa caracterizar o delito previsto no Estatuto da Pessoa Idosa, as condutas de desdenhar, humilhar ou menosprezar a vítima somente se submetem à mesma pena quando igualmente praticadas em razão de sua idade.
- (E) A circunstância de Augusto estar sob responsabilidade do funcionário modifica a pena-base do delito para reclusão de 1 a 2 anos, independentemente de qualquer causa de aumento.

QUESTÃO 44

Após sofrer violência doméstica praticada por seu ex-companheiro, Helena, atualmente domiciliada e residente em Campinas/SP, pretende ajuizar ação de natureza cível amparada pela Lei Federal nº 11.340/2006. O episódio que fundamenta a demanda ocorreu em Jundiaí/SP, enquanto o agressor possui domicílio em Itupeva/SP.

Considerando as regras de competência previstas na Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação deverá ser proposta, necessariamente, no Juizado do domicílio ou da residência de Helena, por se tratar de competência territorial especial estabelecida exclusivamente em benefício da ofendida.
- (B) Helena poderá optar pelo Juizado de seu domicílio ou residência ou pelo Juizado do lugar em que ocorreu o fato, sendo competente o domicílio do agressor apenas subsidiariamente, quando inviável o ajuizamento nos demais locais.
- (C) Compete à ofendida escolher, para os processos cíveis regidos por esta Lei, entre o Juizado de seu domicílio ou de sua residência, o do lugar do fato em que se baseou a demanda ou o do domicílio do agressor.
- (D) A competência será determinada, em primeiro lugar, pelo local do fato que fundamenta a demanda, podendo a ofendida escolher seu próprio domicílio ou residência somente quando demonstrar dificuldade de acesso ao juízo territorialmente competente.
- (E) A ofendida poderá optar entre o Juizado de seu domicílio ou residência e o Juizado do domicílio do agressor, não sendo possível eleger o lugar do fato quando este não coincidir com o domicílio de uma das partes.

QUESTÃO 45

Durante um encontro familiar, Renato, de 35 anos, aproveitou-se de um momento de distração para subtrair o relógio pertencente ao seu irmão, Marcelo, também de 35 anos. A conduta foi registrada por uma câmera e Marcelo tomou conhecimento da autoria no mesmo dia. Desejando preservar a relação familiar, Marcelo permaneceu inerte e somente oito meses depois compareceu à delegacia para manifestar sua intenção de ver Renato processado.

Considerando as disposições do Código Penal relativas aos crimes contra o patrimônio e às causas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Renato praticou apropriação indébita, crime de ação penal privada, sendo necessária a apresentação de queixa-crime por Marcelo.
- (B) Renato praticou furto, cuja ação penal é pública incondicionada, não produzindo a relação de parentesco qualquer consequência processual.
- (C) Renato praticou furto e, por ter sido o delito cometido contra seu irmão, a ação penal depende de representação. Como Marcelo não exerceu esse direito no prazo legal de seis meses, ocorreu a decadência, com a consequente extinção da punibilidade.
- (D) Renato praticou furto, mas está automaticamente isento de pena, pois a imunidade penal absoluta alcança todos os crimes patrimoniais cometidos entre irmãos.
- (E) Renato praticou roubo e a eventual restituição do relógio à vítima extinguiria sua punibilidade em razão do arrependimento posterior.

QUESTÃO 46

Durante a execução de um furto previamente ajustado entre três agentes, Leonardo e Caio ingressaram em um estabelecimento comercial durante a madrugada e subtraíram diversos aparelhos eletrônicos. Marcelo, embora tivesse conhecimento do plano criminoso, limitou-se a informar aos demais que o proprietário normalmente encerrava suas atividades às 22h, sem participar do planejamento, da execução material do delito, da vigilância do local ou da divisão dos bens posteriormente subtraídos.

No curso da ação penal, ficou demonstrado que a colaboração prestada por Marcelo, embora tenha contribuído para a prática do crime, apresentou reduzida relevância causal quando comparada à atuação dos demais agentes.

Considerando as regras do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) Reconhecida a reduzida relevância da colaboração de Marcelo, deverá o juiz afastar sua responsabilidade penal, uma vez que somente responde pelo delito aquele cuja conduta seja indispensável à sua execução.
- (B) Sendo reconhecida a participação de menor importância de Marcelo, sua pena poderá ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Demonstrado que Marcelo concorreu para a infração penal, deverá receber necessariamente a mesma pena aplicada aos executores materiais do crime, pois o Código Penal não admite diferenciação punitiva entre os participantes de uma mesma empreitada criminoso.
- (D) A participação de menor importância constitui causa obrigatória de diminuição da pena, devendo o magistrado reduzi-la pela metade sempre que o agente não praticar pessoalmente atos executórios.
- (E) A menor relevância da contribuição do agente somente poderá repercutir na fixação da pena-base, não constituindo causa específica de diminuição de pena prevista para o concurso de pessoas.

QUESTÃO 47

A Lei Federal nº 12.683/2012 promoveu alterações na Lei Federal nº 9.613/1998 com o objetivo de tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Considerando as disposições relativas à alienação antecipada de bens submetidos a medidas assecuratórias e à destinação dos valores obtidos, assinale a alternativa correta:

(A) Mediante ordem da autoridade judicial, o valor do depósito, após o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal, em caso de sentença absolutória extintiva de punibilidade, será colocado à disposição do réu pela instituição financeira, acrescido também da remuneração da conta judicial.

(B) Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 80% (oitenta por cento) da avaliação.

(C) Realizado o leilão, a quantia apurada será depositada em conta judicial remunerada e nos processos de competência da Justiça dos Estados os depósitos serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante documento adequado para essa finalidade.

(D) Sobrevindo o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, o juiz decretará, em favor, conforme o caso, da União ou do Estado a perda dos bens reclamados no prazo de 80 (oitenta) dias após o trânsito em julgado da sentença condenatória, ressalvado o direito de lesado ou terceiro de boa-fé.

(E) Realizado o leilão, a quantia apurada será depositada em conta judicial remunerada e os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal ou por outra instituição financeira pública para a Conta Única do Tesouro Nacional, com as formalidades previstas em Lei, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

QUESTÃO 48

Considerando o regime normativo do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapecerica da Serra (Lei Complementar n. 36/2016), avalie as seguintes assertivas:

“I – Aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo nomeados em função de confiança, exercendo cargo de agente político ou mandato classista é vedada a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos”.

“II – O servidor em estágio probatório não poderá exercer função gratificada”.

“III - O servidor celetista não poderá exercer função gratificada”.

“IV - Os migrantes possuidores de visto de permanência poderão ocupar cargo de livre provimento em comissão”.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 49

Considerando o regime de gestão de pessoal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapequerica da Serra (Lei Complementar n. 36/2016), avalie as seguintes assertivas:

“I - Reversão é o retorno do servidor aposentado ao serviço público, por determinação da autoridade competente, quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria”.

“II – Reintegração é o retorno do servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimento equivalente, compatíveis ao anteriormente ocupado”.

“III - Cessão é a passagem de um servidor efetivo de um órgão para outro, do mesmo Poder, para exercer atribuições do seu cargo, com a necessária adequação da lotação e dotação orçamentária de custeio”.

“IV - Não será permitida a cessão de servidor investido exclusivamente em cargo de provimento em comissão”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, apenas.

QUESTÃO 50

Tendo em vista o regime relativo ao adicional de valorização do servidor público efetivo previsto na Lei Complementar n. 80/2024 do Município de Itapequerica da Serra, analise as seguintes assertivas:

“I - Os critérios de assiduidade e de evolução acadêmica para fins de aquisição do direito ao adicional de valorização do servidor público efetivo serão considerados atendidos caso o servidor consiga atingir quinze pontos”.

“II - O conceito para ser considerado assíduo, para fins de pontuação para aquisição do direito ao adicional de valorização do servidor público efetivo, equivale ao servidor que não tem mais que três faltas justificadas durante o ano”.

“III - No caso de aperfeiçoamento acadêmico para fins de pontuação para aquisição do direito ao adicional de valorização do servidor público efetivo, se o mesmo não houver conexão com a área de atuação do servidor o valor da pontuação será considerado pela metade”.

“IV - No caso de aprovação em Concurso Público em outro cargo do próprio quadro de pessoal da Saúde-IS - Autarquia Municipal, poderá o servidor aproveitar a pontuação adquirida e utilizar a assiduidade referente ao período aquisitivo no cargo anterior”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) III, apenas.

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No âmbito de Autarquia do Município de Beta, há reivindicação antiga de seus servidores estatutários autárquicos no sentido de que seus vencimentos fossem equiparados aos designados em lei para os servidores da Administração Pública Direta do Município (Poder Executivo) que ocupam cargos congêneres e de análogas nomenclaturas e atribuições.

Isso ocorre porque a lei de instituição da autarquia designou quadro de cargos e vencimentos específicos para a administração autárquica, sem vinculação aos cargos integrados ao quadro da Administração Direta, os quais seguem regime remuneratório próprio.

Sem sucesso em âmbito administrativo, referidos servidores decidiram se organizar. Não logrando apoio da entidade sindical do Município de Beta, conseguiram, por outro lado, mobilização de entidade sindical de servidores públicos do Município vizinho, Alfa, cujo dirigente tem pretensões políticas em âmbito estadual.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Alfa propôs, então, ação civil pública, em face do Município de Beta, requerendo que os vencimentos dos cargos integrantes das carreiras autárquicas fossem equiparados àqueles com idênticas atribuições no âmbito da Administração Direta do Município, sob os fundamentos de que a Constituição da República assegura isonomia entre os cidadãos e servidores públicos, bem como que, tratando-se de equiparação com a própria Administração Direta do Município, não há prejuízo jurídico à pretensão.

O Município foi citado e exerceu o contraditório.

Sobreveio sentença de mérito, proferida pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta, pela procedência da ação, condenando o Município ao pagamento de vencimentos aos servidores autárquicos compatíveis aos cargos de idênticas atribuições vinculados à Administração Direta do Município, desde a citação judicial do Município, sob os mesmos fundamentos articulados pelo Autor.

O Município de Beta opôs embargos de declaração, pois considerou que havia omissão na fundamentação da *r.* sentença ao não demonstrar a distinção entre o caso concreto e precedente invocado pela parte.

Os embargos de declaração não foram *conhecidos* pelo Juízo, que compreendeu que não havia efetiva omissão no julgado, mas mera discordância do Embargante, de modo que os embargos seriam medida recursal inadequada, aplicando ao Município a sanção de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

O Município foi intimado da *r.* decisão sobre os embargos de declaração em 03 de agosto de 2026, uma segunda-feira.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Beta, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a *reforma* da sentença do Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta. Date a Peça Prático-Profissional com o último dia do prazo incidente.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 13 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	

69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	

104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

